



respeitado os indígenas, tem que ajudar na preservação da cultura. Quem tem que preservar a cultura é o próprio povo. Agora, a sociedade pode ajudar esse povo a preservar, mas o próprio governo tem o dever, a própria lei reconhece e o povo tem que ter terra tradicional, então estará ajudando, fazendo com que esse povo preserve mais a cultura dele.

Clovis – Em 2002 a Igreja católica vai fazer a Campanha da Fraternidade com a temática dos povos indígenas – “POR UMA TERRA SEM MALES”. O que você espera que a Igreja possa fazer para de fato contribuir com o seu povo?

Werá Tupã - Eu sei que a igreja católica tem em todo o Brasil, mas também no mundo inteiro. Então eu acho que pra nós, eles, nesse sentido da aliança, ela é super importante.

Então o que pode fazer. Já que a Igreja está em todas as cidades, então o que pode fazer é conscientizar mais o povo, assim, da nossa cultura, dos nossos direitos, da nossa diferença. Nós somos um povo muito religioso que tem um jeito bem diferente, mas a gente quer viver com dignidade.

E atividade..., talvez o que pode fazer é divulgar através de um abaixo assinado, através de uma carta, mandando pro presidente da Funai e o Ministério da Justiça, Presidente da República. Então pode falar das terras Guarani, pedir para demarcar as terras do meu povo, e assim por diante.

E assim a gente sabe que a opinião pública é importante, ela que pesa. Então a Igreja poderia ajudar nesse sentido. A Igreja poderia dar mais espaço pras lideranças, pras comunidades, pra desenvolver um trabalho direto com as aldeias.

Endereço do Entrevistador:

Cx. Postal 31
88131-970 PALHOÇA SC
E-mail: cimisol.palhoca@terra.com.br



Que é o tempo, em nossa cultura ocidental? O artigo reflete sobre Tempo e Tradição na cultura Guarani. Partindo das novas perspectivas abertas pela Constituição do Paraguai, de 1992, o articulista assevera que já está na hora de o Estado desfazer-se de “idéias e práticas que nem sequer eram democráticas, e por fim ‘vestir-se de sol e de inocência’”. Exatamente quanto a “tempo e tradição”, que significa, na questão da demarcação, a exigência de terras “tradicionalmente ocupadas”? Está o índio consciente da noção de tempo da sociedade não-índia? E a nossa noção de tempo será mais perfeita, mais humana que a deles? A tradição Guarani também se faz no tempo, porém não necessariamente no tempo nosso. Assim, quando os Guarani vêm ocupar terras deixadas há muito tempo, de certa maneira estão recuperando espaços que nunca abandonaram como Guaranis, espaços que nunca deixaram de estar em seu horizonte.

Tempo e tradição na cultura Guarani

Bartomeu Melià, SJ

Jesuíta paraguaio, missionário e antropólogo

(Tradução do original espanhol pela Redação)



A Constituição da República do Paraguai, de 1992, no artigo 62 do Capítulo V, firma um princípio cujos alcances são simplesmente fascinantes e exemplares. Esta Constituição reconhece la existência dos povos indígenas, definidos como grupos de cultura anteriores à formação e organização do Estado paraguaio.

Em termos jurídicos nunca se havia chegado a uma formulação tão ambiciosa. Talvez sem aperceber-se disso, os Constituintes limpavam o borrão que introduziu na história do Paraguai aquele malfadado Decreto de 1848, do Presidente Carlos Antonio López, pelo qual se declarava «cidadãos livres os Índios naturais», o que se traduzia concretamente em negar-lhes o regime de comunidade, com a escusa de que este os teria humilhado e abatido. De fato, o Decreto criava o direito de apoderar-se de seus territórios; lo que efectivamente se deu. A esses índios, o que lhes era negado era o direito de existir como povos «naturais», com culturas diferenciadas e próprias. Mais do que cidadãos livres, se lhes destinava ser cidadãos pobres. Daqui para adiante seria mais difícil, para não dizer impossível, ser índio no Paraguai.

Diante de um artigo tão alentador como o da Constituição, é agora tarefa dos mesmos indígenas, em primeiro lugar, mas também de antropólogos e indigenistas, investigar e organizar um pensamento indígena que é primeiro e primordial, anterior ao Estado - aos Estados nacionais - e que vá mais além das limitações que o Estado liberal e positivista levantou. Os povos indígenas têm direito de caminhar e de mostrar caminhos que a história parecia ter fechado definitivamente. Em termos um tanto vulgares, pode-se dizer que terminou o tempo em que os indígenas tinham de calçar o sapato do Estado e vestir seus andrajos; é o Estado que tem que descalçar-se de idéias e práticas que nem sequer eram democráticas, e por fim «vestir-se de sol e de inocência». O Estado receberá desses novos princípios uma maneira de ser e um projeto de futuro no qual não perderá nada; ao contrário, será fonte de vida e de bem-estar para todos.

Em busca do tempo indígena

É bem conhecida a problemática dos territórios indígenas sobre os quais o Estado se arroga abusivamente direitos adquiridos.

Deve o indígena aceitar sem mais este estado de coisas? Não tem o direito e mesmo a obrigação de manifestar sua desconformidade contra uma

concepção que na maioria dos casos não tem sequer uma fundamentação jurídica séria e que tampouco respeita os direitos dos povos?

Mais concretamente, encaremos a questão que os Estados geralmente costumam colocar no centro de suas decisões, quando se trata de reconhecer territórios indígenas: são terras tradicionalmente ocupadas? O jurista e constitucionalista brasileiro Dalmo de Abreu Dallari, em seu artigo: *Argumento antropológico e linguagem jurídica* (em: *A perícia antropológica em processos judiciais* / org.: Orlando Sampaio Silva e outros. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, p. 110) questiona precisamente o conceito mesmo de tradição; ou melhor, o sentido pobre e restrito que do termo costumam fazer nossos legisladores. E se pergunta: Qual é o tempo que deve transcorrer para que se possa dizer que existe uma tradição? Aplicada essa expressão aos costumes indígenas, quer dizer muitos ou alguns anos são suficientes? As comunidades indígenas, são sedentárias, são nômades, estão habituadas a abandonar um território e depois voltar a ele? Qual é o critério seguido pelos índios para contar o tempo? Está o índio consciente da noção de tempo da sociedade não índia e da importância dada ao tempo prolongado pelos que aplicam o direito dessa sociedade? É o índio capaz de simular um fato tradicional?

Quanto a estas questões, a Constituição paraguaia nos abre a porta para ir ao encontro de sentidos que são anteriores ao próprio direito constitucional do Estado; que são também anteriores à «civilização» hispânica que chegou há 500 anos a estas terras.

Arakuaa e arandu: Inteligência e saber

A palavra *ára*, no guarani «clássico» registrado pelo padre Antonio Ruiz de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guaraní* (Madrid, 1639), tem vários sentidos que estão longe de coincidir com o conceito de *tempo* e seus sinônimos em nossa língua. *Ára* é: «dia, tempo, idade, vez, século, claridade, mundo, entendimento, juízo». Numerosos exemplos nos quais entra la palavra *ára* se estendem ao longo de 7 columnas y desenvolvem essa semântica. Conhecer o tempo: *arakuaa*, é «ter entendimento», e sentir o tempo: *arandu*, é «ter sabedoria». *Ára jere* e *ára apu'aha* foram aplicados à «redondez do mundo».

Os principais campos semânticos do *ara* guarani se relacionam com a compreensão e interpretação dos sinais dos tempos e a possibilidade de senti-los. O tempo se abarca com conhecimento e com sentimento - *arakuaa* e *arandu* -. Porém também se correlaciona com outras significações culturais e figuras de compreensão do universo. O tempo é conotado especialmente por modos de ser pessoais: tempo de lágrimas, tempo alegre, tempo enfermo.



Em geral, há tempos bons e há tempos maus. O tempo sustenta as atividades econômicas: há tempos para plantar e semear, há tempos para trabalhar; há tempos férteis, porém também há tempos secos que não possibilitam o trabalho nem favorecem o cultivo.

O tempo guarani é também o mundo. Há um tempo que é a mesma «redondez do mundo»: *ára apu'a, ára apu'aha*. Esse tempo redondo como o universo, porém, não é lineal, não é objeto de medição, propriamente não se prolonga, embora se conheça passado e futuro. O tempo é uma «paixão», porém também é um «saber» em vista da ação. Os Guaraní-Mbyá desenvolveram como próprios de sua cultura sentidos ainda mais surpreendentes.

Este aspecto típico e ao mesmo tempo admirável do termo *ára* vem explicado nos versos onde se canta a primeira criação do espaço-tempo.

*«El verdadero Padre Ñamandú existía en medio de los tiempos originarios;
el viento originario en el que existió Nuestro Padre
se vuelve a alcanzar
cada vez que se alcanza el tiempo espacio originario,
cada vez que se llega al resurgimiento del espacio tiempo primitivo.*

*En cuanto termina la época primitiva,
durante el florecimiento del lapacho,
los vientos se mudan al tiempo espacio nuevo:
ya surgen los vientos nuevos, el espacio nuevo;
se produce la resurrección del tiempo espacio».*

(León Cadogan, *Ayvu rapyta*. Asunción, 1992, p. 27. Estrofe 8 do canto que tem como título: *Las primitivas costumbres del Colibrí*).

Cadogan, conhecedor como ninguém da cultura guaraní-mbyá justifica sua interpretação de *Ára yma*: «Crendo com isso dar uma idéia do verdadeiro conceito que encerram estas palavras, a tradução que dou é: 'tempo-espaço primigênio'. El *ára yma* é o tempo-espaço originário, o caos. É também o nome que se aplica ao inverno, designando-se ademais com o nome de *ára yma ñemokandire*: o ressurgimento ou ressurreição do tempo-espaço em que apareceu *Ñande Ru*, o retorno do espaço-tempo primitivo» (Ibid., p. 31).

Quando se trata da semeadura e da colheita, a referência a seus tempos ocorre naturalmente. Há um «tempo antigo e primigênio» - *ára yma* - que também se aplica ao inverno. Assim como também iremos chegando ao «tempo novo» - *ára pyau* -, que significa a primavera. É o tempo propício



para as plantações e a semeadura. «Por isso esforcemo-nos em pós das flores da terra (cultivos), acomodemos, meus pais, sítios para as flores da terra».

O *ára pyau*, o tempo e época novos, a primavera, tem também uma conotação cosmológica y religiosa, na expressão *ára pyau ñemokandire*, que significa o «ressurgimento do tempo-espaço novo», que vem a ser a criação de um mundo de perfeição e de imortalidade. O *kandire* é o estado e o lugar onde los humanos alcançaram a perfeição ou madurez mediante a dança e outros exercícios espirituais.

Estas considerações sobre algumas concepções do tempo guarani deveriam chamar-nos à prudência e a uma severa autocrítica quando pretendemos que o tempo e a tradição válida é somente a que surge de nossa concepção de tempo e de tradição. E aqui há que volver às perguntas que nos apresentava o advogado Dalmo Dallari: Qual é o critério seguido pelos índios para contar o tempo? Está o índio consciente da noção de tempo da sociedade não índia e da importância dada ao tempo prolongado pelos que aplicam o direito dessa sociedade?

Alguém dirá que, sendo assim, então é necessário que o índio aprenda e assuma nossas noções, já que vive entre nós e conosco. Porém, será a nossa a noção mais acabada de tempo? A mais humana? Aceder à filosofia indígena não é uma concessão benevolente para o pequeno e o minimalista; há muitos fundamentos para pensar que dessa concepção de tempo podemos deduzir sentidos e modos de vida que nós mesmos talvez já tenhamos esgotado. Em nossa civilização já não falou alguém do «fim da história»? Não será nosso tempo o que está em crise de conceitualização?

A migração tradicional

A tradição guarani também se faz no tempo, porém não necessariamente no tempo nosso. Daqui vem que, para os índios, o sentido do tradicional não necessita coincidir com o nosso. As exigências de tradicionalidade são em um e outro caso muito diferentes. Esta é a lição que poderíamos aprender de uma filosofia, como a guarani, que não tem por quê ser a do «pensamento único».

A questão tem desdobramentos potenciais enormes.

Quisera deter-me na problemática das expansões e das migrações em vista da ocupação de terra e territórios. Segundo Francisco Silva Noelli, Curt Nimuendajú e Alfred Métraux (in *A invenção da busca da «terra sem mal»*, Suplemento Antropológico, 34, 2, Asunción, 1999, p. 142-43), «faz cerca de 3.000 anos A.P. (antes del presente) os Guaraní iniciaram um processo de expansão para o sul, saindo da bacia do rio Guaporé. As evidências



arqueológicas revelam que foram ocupando sistematicamente a bacia do rio Paraguai e do Paraná, subindo por seus afluentes. Cerca de 2.000 A.P., já estavam instalados no meio e alto Paranapanema e no centro do Rio Grande do Sul. Terminaram ocupando parte dos Estados de Paraná e Rio Grande do Sul, litoral de Santa Catarina, nordeste da Argentina, parte do Uruguai e do Paraguai. As terras previamente ocupadas e trabalhadas não eram abandonadas para ocupar novas áreas. O que ocorria eram sucessivos desdobramentos de antigas aldeias em outras novas». Os motivos desta expansão eram variados, sendo um dos principais o crescimento demográfico. Esta é a dinâmica que assegurou a expansão dos Guarani. Noeli reserva a palavra migração às fugas e saídas da «terra natal» contra a própria vontade, o que ocorreria sobretudo devido ao impacto da invasão européia em seus territórios.

O chamado “Mito de los Mellizos” é uma ampla metáfora de uma identidade em movimento, não propriamente instável, porém estabelecida na determinação de caminhar rumo a novos horizontes sem fronteiras, que por definição nunca serão alcançados. Buscar a Nosso Pai e a Nossa Mãe é buscar também o lugar onde se pode viver como verdadeiro e autêntico Guarani, partilhando bebida e comida na dança e no canto religiosos.

Cuando os Guarani vão hoje ocupar terras por muito tiempo deixadas, em certa maneira estão recuperando espaços que nunca abandonaram como Guarani, que nunca deixaram de estar em seu horizonte. Tendo incorporado em seu *teko*, em seu modo de ser, a expansão para terras onde possam continuar sendo, com verdade e autenticidade, os povos guaranis, criaram e «inventaram» uma terra guarani, que de fato é um território. Isto se levou a cabo fundamentalmente antes da chegada dos europeus, e portanto antes do Estado colonial, e mais ainda, antes da formação e organização dos Estados nacionais atuais. Por que os Guarani, como outros tantos povos indígenas que viram trinchado o seu território e seu hábitat pelas absurdas fronteiras nacionais atuais, teriam que ater-se a elas? Observe-se o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú (Rio de Janeiro: IBGE, 1981), e cada um se aperceberá do que era o território guarani. Que eles mesmos, com outro tipo de mobilidade e até com outras idéias venham de novo a re-conhecer antigos territórios e reclamem um lugar ao sol, ou melhor dito, seu lugar, não deveria causar estranheza a ninguém, senão aos imigrantes que idearam e inventaram outras leis e outros modos de ocupar territórios.

Esse «muro de Berlim»

Os Estados levantaram fronteiras que separam e dividem povos que eram unos, com suas próprias tradições e cosmovisões. Ora, os Guarani



fazem saltar em pedaços esse «muro de Berlim», mediante a prática pacífica de suas contínuas migrações e sem fronteiras.

Se o pensamento atual e moderno se diz globalizante, por que não o seria para os Guarani, que não o aprenderam por snobismo, como fizemos nós recentemente, sinão que o trazem desde tempos imemoriais? É um *raka'e*, uma partícula gramatical que tem o sentido de um passado que remonta aos tempos primigênicos; um como *In illo tempore*, da autenticidade e da exemplaridade mítica.

Tem sido muito próprio da colonização - talvez sua essência - intentar «reduzir» o modo de ser indígena e des-tradicionalizá-lo. Em outros termos, provocar a confusão. Há que reconhecer que em parte conseguiram. Porém nos deveríamos alegrar de ver que o pensamento - não só os relatos míticos, seus cantos e poesia, que admiramos em livros como *Ayyu rapyta*, compilado por León Cadogan, ou *El canto resplandeciente* e *La neblina y el fulgor*, compilações de Carlos Martínez Gamba - está vivo e atuante quando se trata de resgatar terras arrebatadas. O projeto guarani, tal como se pode rastreá-lo desde o tempo das origens não só chega até o mar, senão que vai mais além. E para isso criaram seu próprio imaginário e mitologia, que os leva a «ver» o mar. Depois de tudo, não é isto o que louvamos no espírito ibérico - Espanha e Portugal - que se atreveu a romper o malefício do *Non plus ultra* das colunas de Hércules, e «conquistar» a América?

Oxalá, com este escrito, eu tenha podido aportar alguns elementos a favor desse outro pensamento ao qual creio que não falta coerência nem profundidade.

Endereço do Autor:

E-mail: bmelial@hotmail.com